

Salvaguarda e valorização de sítios arqueológicos

Titulo
Arqueologia e História

Volume
55

Edição
Associação dos Arqueólogos Portugueses
Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa
Tel: 21 346 04 73 · Fax: 21 324 42 52
e-mail: associacao.arqueologos@clix.pt

Direcção
José Morais Arnaud

Coordenação
Paulo Almeida Fernandes

Projecto gráfico
oficina de design Nuno Vale Cardoso & Nina Barreiros

Impressão
Publidisa

Tiragem
350 exemplares

© Associação dos Arqueólogos Portugueses
ISSN
972/9451-39-7

Solicita-se permuta
Exchange wanted

Ao artigos publicados nesta revista são da exclusiva
responsabilidade dos respectivos autores

O Neolítico em Portugal: investigações recentes, problemas e perspectivas. Um contributo.

Mariana Diniz¹

Preâmbulo

Em Janeiro de 2003, promoveu a Associação dos Arqueólogos Portugueses uma Mesa Redonda subordinada ao tema "O Neolítico em Portugal: investigações recentes, problemas e perspectivas". Ainda que o tema e o título da reunião se referissem, de forma genérica, ao "Neolítico", enquanto etapa crono-cultural, as diferentes intervenções centraram-se sobre a fase antiga desta etapa e sobre os distintos quadros explicativos que procuram explicar as origens deste período da diacronia Pré-histórica.

A orientação do debate em torno destas problemáticas concretas decorre da especificidade dos projectos de investigação em que estão envolvidos os oradores convidados, entre os quais me incluo, mas traduz também a existência de um considerável vazio de informação acerca dos contextos não funerários do "Neolítico médio" e o peso de uma tradição de pesquisa que, por regra, discute o "Neolítico final" enquanto momento preparatório dos fenómenos de calcolitização do Ocidente peninsular.

Em Portugal, um debate acerca do "Neolítico" é, por isso, quase sinónimo de debate sobre o Neolítico antigo e sobre os processos de neolitização. No entanto, apesar do dinamismo que em alguns contextos pode atingir a discussão, pese a antiguidade do conceito e o interesse que provocam os fenómenos das origens, deve ser referida a exígua base de dados disponível para o actual território português e as grandes fragilidades internas da evidência empírica, que não constitui um corpo de documentação criticamente formado e consensualmente aceite por aqueles que tratam o tema.

Na última década do século XX, e nestes primeiros anos do 3º milénio, o desenvolvimento simultâneo de múltiplas frentes de trabalho em diferentes áreas do território nacional tem ampliado de forma muito significativa a cartografia do povoamento do Neolítico antigo, e consequentemente multiplicado as questões que permanecem, em parte substantiva, por esclarecer.

Se era primeira intenção deste texto passar à escrita os problemas e as perspectivas que se colocam à investigação que, desde 1995, conduzo no povoado do Neolí-

tico antigo da Valada do Mato, localizado nos arredores de Évora, optei por conferir a este discurso um outro sentido, dado que recentemente, e de forma detalhada, foram expostos num outro *forum* os resultados obtidos e as problemáticas suscitadas por este sítio.

Este espaço destina-se, portanto, a sucintamente reflectir sobre algumas questões com as quais se tem debatido a investigação acerca do Neolítico antigo, em Portugal, e o texto assume contornos de alguma forma ensaísticos pelo que no final são apresentadas, substituindo a Bibliografia, algumas Sugestões de Leitura.

1. O síndrome das origens

A partir de meados da década de 70 do passado século, a sistemática procura de longínquas origens, geográficas e cronológicas, para os fenómenos de mudança cultural parecia um tema de menor relevância ou mesmo proscrito da agenda científica que, então, se renovava.

A adopção das perspectivas processuais da Nova Arqueologia, que em Portugal temporalmente coincide com a implantação do estado democrático e a condenação de um muito recente passado colonial, em parte justifica a expressiva adesão aos modelos explicativos de pendor indigenista, que, na época, conheciam grande sucesso no espaço europeu.

No discurso arqueológico, as posturas indigenistas, conectadas com uma atitude política no presente e sobre o passado, adequavam-se a uma concepção "antropológica" de análise assente na observação das dinâmicas internas das sociedades humanas, em função de cenários ambientais específicos, e refutavam as esgotadas leituras histórico-culturais excessivamente conectadas com a produção de mapas ocupados por setas, destinadas a ilustrar a dispersão espacial e temporal de sucessivos colonos que transportavam dos "centros de invenção", para as periferias, alguns fósseis-directores da mudança histórica.

A reabilitação do indígena foi, portanto, o resultado quer do sucesso conhecido por uma corrente de pensamento que considerava a "origem" um detalhe, e que como outras questões da História possuía uma importância secundária, quer da conjuntura ideológica vivida

na Europa e, com particular empenho, nos países ibéricos ao longo dos anos 70.

Em função deste quadro, as origens do Neolítico não mais foram conectadas com um foco único e privilegiado de transformação, mas multiplicaram-se os lugares onde, autonomamente ou a partir de estímulos externos, se teriam desenvolvido novas estratégias de manipulação de matérias-primas e de recursos animais e vegetais.

A partir de finais dos anos 80, e sobretudo ao longo da década de 90, a hegemonia e o aparente consenso gerado em torno das perspectivas indigenistas foram definitivamente postos em causa, e o "neo-difusionismo" implanta-se em alguns círculos científicos, com inegável projecção internacional.

Ao contrário dos indigenistas particularmente vocacionados para a observação de realidades locais, os difusionistas produzem modelos explicativo de carácter supra-regional, integrando diferentes territórios na esfera de um mesmo processo cultural. A sua maior fraqueza parece a excessiva rigidez das leituras propostas, onde com frequência se classificam enquanto anomalias tafonómicas as realidades arqueográficas que perturbam a coerência interna do modelo.

Estes investigadores re-introduziram na cartografia da História as setas de difusão, invocando agora os dados da genética, re-interpretando os processos intra e pós-deposicionais de sítios-chave da argumentação indigenista, e dispondo de datações absolutas de crescente precisão.

Perante a *onda de avanço* do lobby neo-difusionista, os partidários do indigenismo colocam a tónica nas redes de troca e intercâmbio em que se integraram as comunidades de caçadores-recolectores, consideradas veículo suficiente de transmissão da informação. Admitem a existência, nas origens do processo de neolitização, de mecanismos de difusão cultural, mas recusam a difusão démica enquanto motor da História.

A bipolarização do debate e a defesa, por qualquer uma das facções, de processos de neolitização, na essência, unimodais gerou uma caleidoscópica discussão, quase exclusivamente centrada sobre as origens do fenómeno, e onde os mesmos dados são alternadamente utilizados para criar diferentes imagens.

Instalada a polémica, tacitamente, espera-se que aqueles que estudam o processo de neolitização tomem partido, se dirijam para um dos lados da barricada e postulem uma história de agente único.

Neste momento, e enquanto os que participam no debate estiverem dispostos a confrontar argumentos, a discussão pode eternizar-se. Em diferentes áreas do continente europeu, o desenrolar da investigação tem demonstrado que os fenómenos de neolitização decorrem quer da efectiva deslocação territorial de grupos humanos equipados com o pacote neolítico, quer de mecanismos de transmissão e interacção cultural entre "colonos" e "indígenas".

A complexidade deste cenário, que combina elementos exógenos, de peso e intensidade diferenciada e elementos indígenas, que em maior ou menor grau integram componentes forâneos, torna as explanações de carácter monolítico pouco eficazes na gestão da realidade empírica.

A transregionalidade do processo assente na difusão não só de tecnologias, artefactos ou ecofactos, mas também de indivíduos é, neste momento, um dado adquirido, no entanto as sucessivas reformulações, no tempo e no espaço, do pacote original demonstram a intervenção de diferentes agentes capazes de, como diriam os pós-modernos, renegociar o real.

2. A sincronia da diversidade

De acordo com as datações absolutas, o Neolítico antigo está balizado no extremo ocidente da península entre os meados do 6º e os meados do 5º milénios cal AC. Ao longo deste período assiste-se ao aparecimento e disseminação por vastas áreas do actual território português de grupos portadores de componentes do pacote neolítico, que partilham o Tempo e o Espaço com comunidades mesolíticas estabelecidas, desde os inícios do Atlântico, no litoral Sul de Portugal.

O registo arqueológico é constituído por testemunhos de grupos "neolíticos", de grupos "mesolíticos" e de grupos em "vias de neolitização". O Neolítico antigo corresponde, portanto, a uma etapa "multi-cultural" e a aplicação de um rótulo monofásico oculta, em parte,

a efectiva complexidade social deste período de transição.

As causas de esta diversidade parecem fundamentalmente conectadas com questões:

- de âmbito "diacrónico"; relacionadas com a explícita contemporaneidade entre grupos que conservam padrões de funcionamento mesolíticos, ao nível dos critérios de implantação espacial, das modalidades de exploração de territórios e recursos, e grupos que apresentam, com intensidades diferenciadas, os elementos da ruptura cultural que caracterizam o Neolítico, nomeadamente novos artefactos, novos ecofactos, ocupação de novos territórios. A sincronia da diversidade funciona, neste caso, como um entrave a uma imediata classificação da evidência empírica e exige a definição dos critérios utilizados para integrar um conjunto de vestígios num ambiente cultural específico. O critério cronológico não é, por isso, suficiente para definir a matriz cultural de uma comunidade que deve, ao contrário, ser estabelecida em função do peso que se atribui aos diferentes factores de continuidade/ inovação. O aspecto "anacrónico" de alguns contextos reflecte a multiplicidade de respostas dadas ao processo de neolitização em curso. A convivência entre "grupos de tradição mesolítica" e "grupos de tradição neolítica" demonstra que a História se processou, aliás como sempre, a diferentes velocidades e que os ritmos, e as estratégias, de mudança cultural não são uniformes.

- de âmbito "cultural"; relativas aos grupos neolíticos e à integração destas comunidades em diferentes círculos culturais. Se a uma macro-escala de análise as comunidades neolíticas da Península Ibérica podem ser integradas na grande corrente de neolitização do Mediterrâneo ocidental caracterizada pela presença de cerâmicas impressas a informação disponível para o actual território português entre os finais do 6º e a primeira metade do 5º milénios cal AC sugere a existência de diferentes ambientes culturais cujas fronteiras geográficas são, neste momento, impossíveis de precisar. Apesar das reduzidas dimensões de parte substantiva dos conjuntos artefactuais recuperados em contextos do Neolítico antigo e da considerável escassez de outros elementos de diagnose, a análise de alguns elementos

da cultura material, em particular das gramáticas decorativas dos recipientes cerâmicos permite isolar algumas tendências de carácter regional (?), que o desenrolar da investigação pode, ou não, confirmar. Se a existência, ao longo desta fase, de formas/técnicas/padrões decorativos de ampla difusão espacial cria uma imagem de aparente homogeneidade entre diferentes conjuntos cerâmicos, caracterizados por uma considerável diversidade interna, a observação de amostras que apresentam alguma expressividade numérica aponta para a existência de diferentes realidades como as detectadas:

- nos níveis do Neolítico antigo do Buraco da Moura de S. Romão e Penedo da Penha 1, onde se detectam evidentes influências do espaço andaluz, ao nível das formas (fundos cônicos), dos acabamentos de superfície (almagre) e dos elementos de preensão e suspensão (asas com dupla perfuração) (Valera, 1998).

- na Estremadura, nomeadamente no Abrigo I de Bocas e em S. Pedro de Canaferrim. Nestes contextos, a decoração em espiga, as faixas incisas preenchidas por incisões oblíquas e as asas bífidas constituem os traços distintivos destes conjuntos cerâmicos.

- no Sul de Portugal, em particular no povoado da Valada do Mato, cuja série cerâmica permitiu, dada a sua dimensão, um tratamento quantitativo destes materiais. Neste sítio, a decoração é maioritariamente constituída por bandas de impressões paralelas ao bordo, por linhas incisas, ou caneluras, que rodeiam a abertura do recipiente e por asas circulares.

Ao longo do Neolítico antigo, se as causas da diversidade estão, num primeiro momento, conectadas com o prolongado convívio entre grupos cuja matriz cultural se integra em diferentes patamares da História, numa segunda fase a cultura material parece ter funcionado como mecanismo de afirmação de identidades culturais, traduzindo origens geográficas, trajectórias espaciais e modalidades de interacção cultural diferenciadas.

No entanto, a efectiva verificação desta última proposta exige, contrariando o carácter pós-moderno que aparenta, conjuntos artefactuais quantitativamente significativos que permitam a caracterização estatística dos padrões dominantes nos elementos da cultura material.

3. A propósito de dados e de modelos

Se a problemática das origens do Neolítico antigo e a, por vezes implícita, discussão sobre as causas da diversidade cultural observada ao longo desta etapa são questões decisivas neste debate outras temáticas em aberto devem ser aqui abordadas.

Contrariando as expectativas, os alvares da economia de produção parecem ter gerado um ritmo de mobilidade residencial superior ao permitido pelos esquemas de caça-pesca-recollecção, que constituíram a base de sustentação dos grandes concheiros do período Atlântico.

No actual território português, parte significativa dos contextos domésticos do Neolítico antigo já escavados têm sido classificados, atendendo ao tipo de estruturas identificadas e às características do pacote artefactual recuperado, como estabelecimentos de curta duração que se admitem integrados em redes de povoamento ainda não definidas, mas que deviam estar organizadas a partir de sítios de ocupação permanente.

De acordo com este modelo de implantação espacial, estas de redes de povoamento devem integrar povoados e necrópoles, sítios de carácter residencial e sítios de natureza logística, e admite-se que a ausência de algumas das peças deste *puzzle* traduz apenas lacunas provisórias no registo arqueográfico.

No entanto, contrastando a evidência empírica atribuída à primeira fase do Neolítico antigo no actual território português torna-se evidente que (ainda) não existem os dados necessários para confirmar esta estratégia de povoamento, e não são óbvios os fenómenos de natureza pós-deposicional que podem justificar a quase sistemática identificação de habitats temporários e tornam menos frequente, ou em algumas regiões quase inviável, a identificação desses "lugares centrais".

Analizando os dados de terreno provenientes de algumas das áreas mais intensamente prospectadas, como o Maciço Calcário Estremenho ou o Barlavento Algarvio, detecta-se a presença dos sítios de curta duração associados à prática da pastorícia, actividade directamente documentada na Estremadura pelo menos desde o ter-

ceiro quartel do 6º milénio cal AC, mas não se possui informação sobre outros pontos do sistema, nomeadamente acerca dos lugares de residência permanente, em gruta ou ao ar livre, a partir dos quais fosse possível o desenvolvimento de uma actividade agrícola, mesmo que de pequena escala.

O resultado dos antigos trabalhos realizados nos povoados da Figueira da Foz, e mesmo no habitat da Cabranosa não são absolutamente conclusivos sobre esta matéria, e a polémica que envolve o sítio de Vale Pincel I dificulta a atribuição de um estatuto a esta ocupação para a qual, acrescente-se, nunca foi proposta a existência de uma plena economia de produção.

Outros povoados classificados como lugares de ocupação permanente de grupos produtores, como o da Salema e o da Valada do Mato, são no âmbito desta problemática específica tardios, a avaliar pelos dados da cultura material do primeiro, e a datação absoluta disponível para o segundo.

Perante este panorama devem inventariar-se os diferentes problemas que podem justificar a escassez de dados relativos a sítios de base durante a primeira etapa do processo de neolitização:

- de natureza estritamente arqueográfica, relacionados com etapas ainda preliminares da investigação e/ou com fenómenos decorrentes de episódios de sedimentação/erosão que teriam afectado com particular incidência as áreas seleccionadas para implantação de habitats permanentes;

- de natureza ambiental, conectados com a existência de critérios específicos de implantação de habitats, que tornariam os diferentes territórios mais ou menos aptos para a localização de sítios de base;

- de natureza crono-cultural, segundo os quais os lugares de continuada permanência, e cuja economia incluísse uma componente cerealífera, seriam um fenómeno tardio no interior da diacronia do Neolítico antigo.

Pese a omnipresença das problemáticas arqueográficas e as condicionantes que o meio coloca a grupos tecnologicamente pouco sofisticados deve colocar-se a questão em torno da efectiva antiguidade dos povoados de longa duração no extremo ocidente peninsular,

ou em outros termos perguntar a quando remonta, no actual território português, a "vida aldeã"?

Nas áreas para as quais se dispõe de datações absolutas de maior antiguidade, como a Estremadura e o Algarve, e onde o processo de neolitização se caracteriza pelo aparecimento súbito e conjunto de importantes inovações tecnológicas, económicas e mentais não se detectam traços de uma continuada sedentarização necessária à implantação de uma economia agrícola.

Se esta imagem corresponde a uma conjuntura histórica, e não apenas a um registo excessivamente lacunar, deve considerar-se a possibilidade de que parte do povoamento da primeira etapa do Neolítico antigo tenha sido um povoamento "pulverizado", assente em sítios de curta duração, a partir dos quais seria possível a exploração de animais domésticos, mas menos viável a produção cerealífera.

A aparente ausência de povoados permanentes implica uma desagregação do pacote neolítico levada a cabo por pequenos grupos de "colonos" que numa primeira fase prospectam as potencialidades e limites, físicos e sociais, destes territórios e que numa segunda etapa seleccionam algumas áreas para continuado assentamento.

Deste modo, os habitats de ocupação temporária, que não podem ser confundidos com sítios funcionalmente especializados, se em múltiplas circunstâncias integram redes de povoamento que incluem lugares centrais, podem igualmente corresponder a uma distinta estratégia de implantação espacial adoptada por alguns grupos culturais em determinados patamares cronológicos e/ou a soluções definidas em função das características ambientais de territórios específicos.

A confirmar-se esta proposta, as questões arqueográficas não seriam as principais responsáveis pela escassez de dados relativos a povoados permanentes que afectam algumas regiões e alguns períodos, mas esta escassez pode resultar de outros factores de ordem ambiental, cultural e cronológica que justificariam a existência de múltiplos esquemas de apropriação e gestão territorial ao longo do processo de neolitização.

4. O Neolítico antigo em Portugal: problemas e perspectivas

Neste momento, define-se no actual território português um amplo conjunto de problemas e, portanto, de perspectivas de investigação acerca do Neolítico antigo que não se esgotam nas temáticas atrás enunciadas.

A natureza e o alcance das problemáticas em aberto supera a informação criada a partir de uma base de dados ainda diminuta e a recente entrada no debate de alguns territórios, como o interior alentejano, as Beiras ou o Norte, que se presumiam afastados de um processo de neolitização *antigo* tem contribuído para uma significativa ampliação dos planos de inquérito sobre os mecanismos sociais que estão na origem dos grupos neolíticos.

Decorridos 35 anos sobre o texto inaugural de Jean Guilaine e Veiga Ferreira sobre *Le Neolithique Ancien au Portugal*, ao qual remonta a autonomia do Neolítico antigo enquanto etapa crono-cultural, o panorama alterou-se de forma substantiva ao nível da cartografia do povoamento, da cronologia absoluta da etapa e do debate em torno dos modelos de neolitização.

No entanto, e apesar do acréscimo de informação produzido pelos diferentes projectos de investigação em curso, são ainda inúmeras as questões que permanecem em aberto relacionadas com:

- o impacto e o peso efectivo das práticas produtivas na economia destes grupos;
- o significado cronológico e/ou funcional e/ou ambiental e/ou cultural da presença/ausência de tipos específicos de utensilagens;
- os esquemas de organização dos espaços habitacionais e a geometria das redes de povoamento em que se inscrevem;
- os mecanismos de definição dos "territórios económicos" e dos "territórios culturais".

No presente, são em maior número as dúvidas do que os dados e, apesar do positivismo contra-corrente da afirmação, não se vislumbra um outro caminho de aproximação ao Passado que não inclua um alargar da base empírica a partir da qual se processe a discussão.

E não é objectivo desta declaração realizar a apologia de uma etapa da Arqueologia onde a recolha não-orientada de evidências materiais constituía a *praxis* assumida por alguns, que reservavam a reflexão para um mirífico momento em que da continuada justaposição das peças ganharia forma o quadro final, mas apenas expressar a adesão a uma via do discurso que se não orienta para a produção de meta-narrativas, cujo contributo para o debate é muitas vezes, mais que histórico, estético.

Notas

¹ Centro de Arqueologia (UNIARQ). Faculdade de Letras de Lisboa.
1600 – 214 Lisboa Portugal
m.diniz@fl.ul.pt

Sugestões de Leitura

- Actas da 1ª Mesa Redonda "O Neolítico e o Calcolítico em Portugal". (1979). Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 3).
- AMMERMAN, A. J. (2002) – Returning to the Neolithic Transition in Europe. In BADAL E., BERNABEU, J., MARTÍ, B., eds. – *El paisaje en el Neolítico mediterráneo*. Valencia: Universidad de Valencia. p. 13-21. (Saguntum – Extra; 5).
- ARAÚJO, A. C. (2003) – Long Term Change in Portuguese Early Holocene Settlement and Subsistence. In LARSSON. L.; KINDGREN, H.; KNUTSSON, K.; LOETTLER, D.; AKERLUND, A., eds. – *Mesolithic on the Move. Proceedings of the 6th International Symposium on the Mesolithic in Europe*. Oxford: Oxbow Books, p. 569-580.
- ARIAS CABAL, P. (1999) – The Origins of the Neolithic along the Atlantic Coast of Continental Europe: a survey. *Journal of World Prehistory*. Washington. 13: 4, p. 403-464.
- ARNAUD, J. M. (1982) – Néolithique ancien et le processus de neolithisation au Portugal. In *Actes du Colloque Neolithique Ancien*. Montpellier, p. 29-48. (Archéologie en Languedoc; n.º spécial).
- BERNABEU AUBÁN, J. (2002) – The Social and Symbolic Context of Neolithization. In BADAL E., BERNABEU, J., MARTÍ, B., eds. – *El paisaje en el Neolítico mediterráneo*. Valencia: Universidad de Valencia, p. 209-233 (Saguntum – Extra; 5).
- BICHO, N.; STINER, M.; LINDLY, J.; FERRING, C. R. (2003) – O Mesolítico e o Neolítico antigo da costa algarvia. In GONÇALVES, V., ed. – "Muita gente, poucas antas?" *Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 15 – 22 (Trabalhos de Arqueologia; 25).
- BINDER, D. (2000) – Mesolithic and Neolithic Interaction in Southern France and northern Italy: new data and current hypotheses. In PRICE, T. D., ed. – *Europe First's Farmers*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 117-143.
- BINFORD, L. R. (1970) – Post-Pleistocene Adaptations. In BINFORD, S.; BINFORD, L., eds. – *New Perspectives in Archaeology*. Chicago: Aldine, p. 313-342.
- BOGUCKI, P. (2000) – How agriculture came to North-Central Europe. In PRICE, T. D., ed. – *Europe First's Farmers*. Cambridge: Cambridge University Press, p.197-218.
- BOSCH, A.; CHINCHILLA, J.; TARRÚS, J. (2000) – *El poblado lacustre neolítico de La Draga: excavaciones de 1990 a 1998*. Barcelona: Museu d'Arqueologia de Catalunya (Monografies del Casc, 2).
- CALADO, M.; SARANTOPOULOS, P. (1996) – Cromelech de Vale Maria do Meio (Évora, Portugal): contexto geográfico e arqueológico. In *Actes del I Congrès del Neolític a la Península Ibèrica*. Gavà: Museu de Gavà. 2, p.493-503 (Rubricatum; 1).
- CARDOSO, J. L.; CARVALHO, A. F.; NORTON, J. (1998) – A estação do Neolítico antigo de Cabranosa (Sagres, Vila do Bispo): estudo dos materiais e integração cronológica-cultural. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 16, p. 55-96.
- CARVALHO, A. F. (2002) – Current Perspectives on the Transition from the Mesolithic to the Neolithic in Portugal. In BADAL E., BERNABEU, J., MARTÍ, B., eds. – *El paisaje en el Neolítico mediterráneo*. Valencia: Universidad de Valencia, p.235-250 (Saguntum – Extra; 5).
- DINIZ, M. (2000) – As comunidades neolíticas no Interior Alentejano: uma leitura cultural e cronológica. In *Neolitização e megalitismo da Península Ibérica. Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP, 3, p.23-33.
- DINIZ, M. (2001) – O sítio neolítico da Valada do Mato, Évora: problemas e perspectivas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4:1, p. 45-59.
- FORTEA PEREZ, J.; MARTÍ OLIVER, B. (1984-85) – Consideraciones sobre los inicios del Neolítico en el Mediterráneo español. *Zephyrus*. Salamanca. 37-38, p.167-199.
- GALLAY, A. (1994) – À propos de travaux récents sur la néolithisation de l'Europe de l'Ouest. *L'Anthropologie*. Paris. 98:4, p. 576-588.
- GUILAINE, J. (2003) – *De la vague à la tombe: la conquête néolithique de la méditerranée*. Paris: Seuil.
- GUILAINE, J.; FERREIRA, O., V. (1970) – Le Néolithique ancien au Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 67:1, p. 304-322.
- HARRIS, D., ed. (1996) – *The Origins and Spread of Agriculture and Pastoralism in Eurasia*. Londres: University College of London.
- HODDER, I. (1990) – *The Domestication of Europe*. Oxford: Blackwell.
- JORGE, S. O. (1979) – Contributo para o estudo de materiais provenientes de estações neolíticas dos arredores da Figueira da Foz. In *O Neolítico e o Calcolítico em Portugal*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, p. 53-81 (Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 3).
- JUAN-CABANILLES, J.; MARTÍ OLIVER, B. (2002) – Poblamiento y procesos culturales en la Península Ibérica del VII al V milenio AC. (8000-5500 BP): una cartografía de la neolitización. In BADAL E., BERNABEU, J., MARTÍ, B., eds. – *El paisaje en el Neolítico mediterráneo*. Valencia: Universidad de Valencia, p. 45-87 (Saguntum – Extra; 5).
- MONTEIRO – RODRIGUES, S. (2000) – A estação neolítica do Prazo (Freixo de Numão – Norte de Portugal) no contexto do Neolítico antigo do Noroeste Peninsular: algumas considerações preliminares. In *Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica. Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP, 1, p. 149-180.
- OLARIA, C.; GUSI, F. (1996) – Cova Fosca: Neolítico antigo o Neolítico medio? O paradigma cardial. In *Actes del*

- I Congr s del Neol tic a la Península Ib rica*. Gav : Museu de Gav . 2, p. 843-851 (Rubricatum, 1).
- SANCHES, M.ª J. (1997) – *Pr -história recente de Tr s-os-Montes e Alto Douro*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 2 vols.
- SILVA, C. T. (1989) – Novos dados sobre o Neolítico antigo do Sul de Portugal. *Arqueologia*. Porto. 20, p. 24-32.
- SIM ES, T. (1999) – *O s tio neolítico de São Pedro de Canaferim, Sintra*. Lisboa: Instituto Portugu s de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 12).
- SOARES, J. (1997) – A transição para as forma  es sociais neolíticas na Costa Sudoeste portuguesa. In RODRÍGUEZ CASAL, A., ed. – *O Neolítico atl ntico e as orixes do Megalitismo*. Santiago de Compostella: Universidad de Santiago de Compostella, p.587-608.
- VALERA, A. (1998) – A Neolitização da bacia interior do Mondego. In *Actas do Colóquio "A Pr -história na Beira Interior"*. Viseu: Centro de Estudos Pr -históricos da Beira Alta, p. 131-148 (Estudos Pr -históricos, 6).
- ZILH O, J. (2000) – From the Mesolithic to the Neolithic in the Iberian Peninsula. In PRICE, T. D., ed. – *Europe First's Farmers*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 144-182.
- ZILH O, J.; CARVALHO, A. F. (1996) – O Neolítico do Maciço Calcário Estremenho: crono-estratigrafia e povoamento. In *Actes del I Congr s del Neol tic a la Península Ib rica*. Gav : Museu de Gav , 2, p. 659-671 (Rubricatum, 1).



Associação
dos Arqueólogos
Portugueses